

IDENTIDADE COLETIVA, PERFORMANCES E RESISTÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DA TRIBO WASSU COCAL

CRISTIANO DAS NEVES BODART⁸⁸

JUSSARA MARIA JERONIMO DE SOUZA⁸⁹

EDJANE DA SILVA PINHEIRO⁹⁰

RESUMO

O artigo discute as estratégias de resistências da tribo indígena Wassu Coccal sob a luz das contribuições de: i) Touraine (1994), para pensar as ações coletivas dos Wassu como movimento social; ii) Melucci (1996) e Gohn (1997), para problematizar a manutenção da identidade coletiva dessa tribo e; iii) Tilly (2008) e Tarrow (2009), para considerar o repertório, as performances, as estruturas de oportunidades políticas que envolveram/ envolvem as lutas do povo Wassu, habitantes da zona rural do município de Joaquim Gomes, Alagoas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas à lideranças indígenas.

Palavras-Chave: Identidade coletiva. Resistência. Comunidade Indígena. Movimento social.

COLLECTIVE IDENTITY, PERFORMANCES AND RESISTANCE: THE EXPERIENCE OF THE WASSU COCAL TRIBE

ABSTRACT

This article discusses the resistance strategies of the Wassu Coccal indigenous tribe in light of the contributions of: i) Touraine (1994), to think about the collective actions of the Wassu as a social movement; ii) Melucci (1996) and Gohn (1997), to problematize the maintenance of the collective identity of this tribe and; iii) Tilly (2008) and Tarrow (2009), to consider the repertoire, the performances, the structures of political opportunities that involved / involve the struggles of the Wassu people, inhabitants of the rural zone of the municipality of Joaquim Gomes, Alagoas.

Keywords: Collective identity. Resistance. Indigenous community. Social movement.

88. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

89. Graduada em História pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Especialista em Formação de Professores em Mídia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

90. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Introdução e Procedimentos Metodológicos

As disputas entre índios e brancos por terras no Brasil ainda perduram em muitos locais; notadamente a ameaça de desapropriação atinge muitos povos indígenas brasileiros, sobretudo no atual cenário político nacional. Muitos povos indígenas vêm se mobilizando em ações coletivas que lhes proporcionem condições de resistir a perda de coesão social, das tradições e de suas terras.

Em Joaquim Gomes, município localizado em Alagoas, a comunidade indígena Wassu Cocal (da etnia Kariri) vem se mobilizando para resgatar suas tradições, sendo essa ação uma forma de resistência e fortalecimento do grupo, a fim de manter-se reconhecidos como índios e garantir a posse de suas terras.

A aldeia Wassu Cocal está localizada na zona rural do município de Joaquim Gomes, região da Zona da Mata Alagoana, cerca de 84 km de distância da capital Maceió. A etimologia Wassu Cocal faz alusão a uma grandiosa Serra conhecida como Assú, a qual, em Tupi, significa “grande”, “volumoso” (OLIVEIRA, 2017). Assim, o termo “Wassu” estaria se referindo a condição de um grande povo identificado com sua terra.

As terras Wassu são cortadas pela rodovia federal, BR 101, na altura entre os quilômetros 20,6 e 27,3. A rodovia, ao mesmo tempo que traz facilidades para a comunidade, trouxe problemas. Se por um lado é usada como ponto de venda de produtos cultivados pelos índios, por outro, os líderes da comunidade acreditam que a presença de drogas na aldeia é reflexo da proximidade e maior acesso à cidade, assim como o contato constante com os que por ali trafegam.

Boa parte da comunidade indígena vive do corte de cana-de-açúcar nas fazendas vizinhas. Outra parte vive da agricultura de subsistência de milho, feijão e batata e da criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos. A produção excedente é vendida nas feiras das cidades vizinhas (PEREIRA, 2014). O povo Wassu Cocal está alocado em uma área com pouca mata nativa, herança das atividades agrícolas dos posseiros e grileiros quando dominavam a região. Contudo, após a posse das terras pelos Wassu a região vem, aos poucos, naturalmente se reflorestando.

Os Wassu se organizam em torno de um “Conselho Tribal”, composto por quatorze integrantes denominados “lideranças”, além das figuras do “Cacique” e do “Pajé”. Cada liderança é responsável por uma área, tais como saúde, educação, juventude etc. O Conselho Tribal tem por função organizar, fomentar e administrar as ações coletivas da tribo. A única língua falada na tribo é o Português, com sua variação regional.

Narram os mais antigos da aldeia Wassu que as terras foram “doações” da Coroa Portuguesa aos índios combatentes como forma de recompensa pela participação nas forças coloniais que destruíram o Quilombo de Palmares. Contudo, essas terras foram, ao logo do tempo, apropriadas por grileiros e os índios tomados por empregados; alguns acabaram fugindo para outros locais, deixando a identidade Wassu.

Em 1986⁹¹, após longo processo de luta e auto reconhecimento, houve a demarcação de terras indígenas na região; 60 famílias foram distribuídas em 2.758 hectares de terra. Em 2000 a população estimada da aldeia era de 2.234 indivíduos (CENSO FUNAI, 2000). A luta dos Wassu por terras envolvia o litígio por 57 mil hectares, mas o acordo que possibilitou a retirada de fazendeiros da região envolveu apenas os 2.758 hectares (PEREIRA, 2014). A luta por mais terra ainda é pauta da tribo e há processos jurídicos em andamento.

A história da tribo Wassu Cocal é marcada por lutas, mortes e resistências. Na década de 1970, por exemplo, os chamados “brancos-grileiros” declararam guerra ao povo Wassu na intenção de se apropriar de suas terras. Diante da perseguição e das más condições de sobrevivência, muitos Wassu fugiram do local negando sua identidade para não serem mortos. Contudo, atualmente essa comunidade vem buscando fortalecer a identidade como forma de garantir a posse de suas terras.

O presente artigo objetiva apresentar e discutir as ações de fortalecimento e a manutenção da identidade coletiva da tribo Wassu Cocal vista como forma de resistência à perda de terras já demarcadas, assim como problematizar suas ações à luz das contribuições de: i) Alain Touraine (1994), para pensarmos as ações coletivas dos Wassu como movimento social; ii) Alberto Melucci (1996) e Maria da Glória Gohn (1997), para problematizarmos a manutenção da identidade coletiva dessa tribo e; iii) Charles Tilly (2008) e Sidney Tarrow (2009), para considerarmos as restrições e oportunidades políticas que envolveram/envolvem as lutas do povo Wassu Cocal.

Trata-se de uma pesquisa exploratória baseada em informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas entre 2017 e 2018 à lideranças da aldeia Wassu Cocal. As entrevistas ocorreram em dois momentos: i) aproximação e reconhecimento do espaço da comunidade indígena e entrevista exploratória a um dos líderes da aldeia e a dois professores de uma das escolas da aldeia; ii) entrevistas em profundidade e semiestruturadas a duas lideranças. Para as duas últimas entrevistas foram aplicadas um roteiro com as mesmas perguntas a fim de identificar discursos coletivos ou, ao menos, tidos pela tribo como oficiais e que se reproduziam em narrativas de sujeitos diferentes.

Há poucos trabalhos produzidos/publicados sobre comunidade Wassu Cocal; dentre

91. A demarcação física ocorreu em 1988.

eles destacamos os trabalhos de Antunes (1985), que apresenta aspectos remanescentes da cultura dos Wassu Cocal nos anos de 1980; Pereira (2014), que discute a percepção dos professores da tribo quanto ao ensino indígena e; Oliveira (2017), que objetivou compreender os conflitos internos da tribo envolvendo Wassu evangélicos e os Wassu católicos-Ouricuri. Neste artigo buscamos pensar, a partir de contribuições de teóricos dos movimentos sociais, as estratégias de ações coletivas desse povo frente às ameaças existentes.

2. Base teórica e conceitual

Iniciamos a presente seção conceituando “movimentos sociais”. Grosso modo, entendemos movimentos sociais como um empreendimento coletivo voltado para estabelecer uma dada configuração de vida ou atender uma demanda coletiva relativamente complexa para ser conquistada. Em outros termos, são expressões da organização da sociedade civil que agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social (MEDEIROS, 2014). Não podemos olvidar que os movimentos sociais surgem sob diversas formas de expressão em uma sociedade cada vez mais complexa e envolvendo diferentes demandas e grupos sociais, inclusive indígenas.

No últimos anos as ações coletivas, bem como os movimentos sociais, vem sendo analisados sob nova perspectiva teórica, denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Tal mudança dar-se pela compreensão da insuficiência explicativa do paradigma clássico (GOHN, 1997). De acordo com Gohn (1997) com o surgimento dos novos movimentos sociais os atores sociais passaram a ser analisados por dois aspectos: i) por suas ações coletivas e; ii) pela identidade coletiva criada no processo de mobilização.

Ação coletiva é entendida como sendo uma ação comum que visa atingir fins comuns, podendo ser fruto dos interesses individuais compartilhados (BODART, 2014). Estudos que focam a ação coletiva buscam, por exemplo, analisar os repertórios, o engajamento, motivações das ações, o papel das lideranças e a importância da identidade coletiva. Ao observar as ações coletivas, os atores passam a ser observados em relação a condição dos processos de luta. Para que as ações ocorram, é necessário que haja solidariedade e consenso entre os membros participantes, assim como uma estrutura e organização que o possibilite. Por isso, julgamos importante considerar o que Tilly e Tarrow denominaram de “estruturas de oportunidades políticas”. As estruturas de oportunidades políticas são dimensões consistentes do sistema político que fornecem incentivos à ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao fracasso ou sucesso da ação coletiva (TARROW, 2009). Desta forma, nosso esforço aqui empreendido busca o diálogo entre

abordagem política e culturalista por as julgarmos complementares.

Tarrow e Tilly, em suas abordagens políticas dão ênfase as estruturas de oportunidades políticas que possibilitam as dinâmicas dos movimentos sociais, ressaltando a importância da capacidade do líder de mobilizar a ação coletiva através de redes de solidariedades (GOHN, 1997). Para Tarrow (2009) e Tilly (2008) são as estruturas políticas que reduzem ou ampliam as possibilidades de atores engajarem em ações coletivas. Essas oportunidades e restrições são produtos históricos da interação entre os próprios atores sociais e, sobretudo, a relação destes com as formas de governos. Assim, ao analisarmos as ações coletivas dos movimentos sociais é importante considerarmos essas estruturas, pois elas exercem significativas influências na existência, intensidade e periodicidade das ações.

Em sua abordagem teórica, Tilly analisa a atuação da ação coletiva dos movimentos sociais a partir do âmbito histórico-cultural, utilizando elementos significativos dos repertórios, sendo a solidariedade impulsionada pela mobilização. “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”. (ALONSO, 2009, p. 55).

Tilly desenvolveu a noção de “repertório” de ações coletivas; conceito adotado para descrever os meios definidos da ação coletiva em um conjunto familiar de ações coletivas que estão à disposição dos indivíduos e de um dado ator coletivo (ALONSO 2012). Repertório seria “[...] as formas historicamente limitadas de ação conhecidas e vistas como legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, se tornando assim rotineiras” (PEREIRA; SILVA, 2017).

Outro conceito que nos ajuda a pensar a experiência do povo Wassu Cocal é conceito de performance, que substitui, em parte, a noção de rotina social, ressignificando a interpretação das ações de um ator coletivo. Cada performance é singular, pois, agrega símbolos e segredos locais e de um dado período histórico (ALONSO, 2009). Um conjunto de performances compõe um repertório (TILLY, 2008).

Sob uma abordagem culturalista a ideologia⁹² e os valores passa a ser objeto de atenção, reconhecendo a sua importância como “cola” social. Passou-se a reconhecer o valor da luta e seus significados, os quais favorecem uma inter-relação entre o ator e a coletividade, constituindo identidades coletivas.

Segundo Alberto Melucci (1996, p.70),

A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por

92. Ideologia em sua instância de função geral, ou seja, em sua função de mediadora na integração social, na coesão do grupo (RICOEUR, 1977).

um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões.

A identidade coletiva é um construto social que, geralmente, tem como ingrediente uma ideologia. Nesse sentido, a ideologia é o marco referencial para que um movimento social consolide suas atuações no campo social (MELUCCI, 1996). Ela é a bússola para unir seus atores em uma só identidade. Os valores ideológicos estão interligados a ação coletiva, são as representatividades deixadas pelo movimento que vai caracterizá-lo nas relações sociais (MELUCCI, 1996). Para esse mesmo autor (1996), a construção de identidade coletiva é resultado de um processo complexo de orientações internas do ator social e das relações que estabelece com outros atores.

A inter-relação entre os atores vão se desenvolvendo no próprio grupo, o ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não é só sua, mas ganha existência enquanto parte do coletivo. Assim, “identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar” (MELUCCI, 1996, p. 70).

Como destacou Melucci (1996), a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum. Sob o ponto de vista da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), nas ações coletivas é dada uma grande ênfase a constituição da identidade coletiva, isso por ser compreendido seu papel agregador.

Touraine (1994) nos apresenta um esquema geral que nos possibilita compreender os aspectos constituintes dos movimentos sociais envolvendo aspectos da abordagem política e culturalista. Sendo eles: “princípio de oposição”; “princípio de totalidade” e; “princípio de identidade.

O “princípio de oposição” está relacionado ao fato de que os movimentos sociais surgem por uma insatisfação, se opondo a um determinada prática, interesse ou valores ou porque os valores, interesses ou práticas de um dado grupo não são reconhecidos ou uma dada necessidade não é atendida. Assim, um movimento social é um coletivo em

luta contra um obstáculo, uma resistência, uma força, uma inércia, uma apatia ou uma indiferença. Nesse sentido, terá um adversário a ser opor. Para Touraine (1994), só existe movimento social havendo oposição. Identificar os opositores dos movimentos sociais é uma tarefa que corrobora para a compreensão do próprio movimento. Os movimentos sociais não tem por objetivo tomar o poder, antes exercer a função de mediação e/ou pressão frente ao seu opositor afim de alcançar seus objetivos.

Para Touraine (1994), a existência de objetivo justificáveis em nome de valores superiores ou ideias universais que possam se expressar em uma filosofia ou teologia - mesmo que apenas aos olhos dos militantes - é um elementos fundamental para a existência de um movimento social, o que chamou de “princípio de totalidade”. Esse princípio é importante para explicar a natureza e a orientação do movimento social, assim como legitimar sua existência.

O “princípio de identidade” é uma necessidade à existência do movimento social. Para Touraine (1994), um movimento social precisa definir quem representa, em nome de quem fala e age e quais são os interesses do grupo. É necessário uma identidade que seja socialmente identificável e significativa aos olhos do público em geral e dos seus militantes.

Sob os conceitos expostos nesta seção buscaremos pensar a experiência das ações coletivas da tribo Wassu Cocal; o que fazemos na seção seguinte.

2. A experiência da Tribo Wassu Cocal enquanto ator coletivo

Na presente seção apresentamos um breve resgate histórico do povo Wassu Cocal para, no segundo momento, tratar de suas recentes lutas pela preservação de suas terras e pela manutenção de suas tradições, o que acaba sendo uma estratégia de luta. A principal metodologia utilizada para a coleta de informações e reconstituição da experiência dos Wassu foi a entrevista semiestruturada a membros da comunidade. Buscaremos discuti-la a partir das contribuições - já destacadas - de Tilly, Tarrow, Melucci e Touraine.

As terras do povo Wassu, localizadas às margens esquerdas do rio Camaragibe, já eram habitadas por índios caetés antes da ocupação portuguesa. Era comum o formato de aldeamento; e cada aldeia compunha um núcleo familiar. As terras eram vastas e densas, comuns a todos, e podiam plantar e colher seus produtos para sua subsistência. Nesse ambiente, a terra torna-se o espaço de expressão da cultura desse povo.

Sendo um local cobiçado para a expansão da monocultura e pecuária, as comunidades nativas existentes nessas terras enfrentaram conflitos e lutas com os colonizadores e,

posteriormente, com os grileiros e posseiros. Muitos povos indígenas se espalharam pelo interior do território brasileiro, dentre eles, os caetés. Esses amedrontados adentraram-se no interior das matas ocupando as regiões que correspondem hoje os municípios alagoanos de Matriz do Camaragibe, Colônia Leopoldina, Passo de Camaragibe, Joaquim Gomes e União dos Palmares.

A atual permanência dos índios Wassu na região é fruto de históricas resistências e desistências. Podemos citar a Guerra dos Bárbaros (1650-1720); sangrenta guerra de combate aos indígenas. Por meio dela, bandeirantes aprisionaram índios que foram vendidos como mão de obra escrava para as fazendas da região. Outro conflito importante que buscou desapropriar os Wassu de suas terras foi a Guerra dos Cabanos (1832-1835). Essa teve por objetivo expulsá-los via demarcação de terras que favorecia os senhores de engenho e fazendeiros. Citamos ainda a Guerra do Paraguai (1864-1870) para a qual índios, dentre eles Wassu, foram convocados para um alistamento forçado, levando muitos índios à fuga da região; outros morressem na guerra. Após o combate na Guerra do Paraguai muitas terras foram demarcadas de forma injusta e fraudulenta, reduzindo ainda mais o acesso dos índios à terra (SILVA, 2006).

A persistência da comunidade Wassu em permanecer nessas terras intensificou a perseguição e a tomada de terras, as quais foram transformadas gradativamente pelos fazendeiros da região em espaços de monocultura de uso de mão de obra escrava indígena. Contudo, essa apropriação não se deu de forma pacífica, antes foram travadas lutas entre os Wassu e os fazendeiros. Depois de travadas as lutas, uma parte da aldeia (atual cidade de Joaquim Gomes) foi perdida e os Wassu foram empurrados para outra parte, onde uma pequena porção de terra foi demarcada e os próprios índios a dividiu entre eles, de acordo com o núcleo familiar de cada membro da aldeia.

Ao longo desse período de conflitos, muitos índios emigraram e não voltaram. Alguns dirigiram-se às fazendas da região ou às usinas de açúcar próximas, tornando-se empregados. Essa situação se estendeu até os anos de 1980, quando as estruturas de oportunidades políticas começaram a ser relativamente mais favoráveis aos índios. Os poucos que resistiram permanecem assentados no local, graças a conquistas de demarcação de terras ocorrido nos anos de 1980.

A luta pela demarcação das terras dos Wassu se deu entre as décadas de 1970 e 1980. Como destacado por Tarrow (2009), compreender as lutas de um coletivo demanda explorar o papel das lideranças. Destacou-se, nesse período, a figura de Hibes Freitas; considerado uma das lideranças indígenas mais importante do Nordeste. Hibes ainda era criança quando vivenciou a invasão dos fazendeiros às terras da Serrinha (núcleo familiar localizado no interior da atual aldeia Wassu Cocal) e a expulsão de grande parte da população indígena

que ali habitava. Nessa ocasião as cabanas de palha foram criminalmente incendiadas ao meio dia por fazendeiros; fato que marcou a memória do povo Wassu pelo sofrimento e desespero causado.

Igor Freitas, filho de Hibes Freitas, narra trechos da história ocorrido em Serrinha:

A história conta que era um arruado grande, de palhas e os fazendeiros expulsaram o pessoal e botaram fogo ao meio dia. Isso há muito tempo atrás, até uns 50 anos atrás isso, ou mais antigo, que já era antigo na época do papai essa história. Papai vivenciou ainda pequeno.

Na ocasião do incêndio, cerca de cinquenta famílias ocupavam à margem do rio Camaragibe, em terras onde assentavam os antigos ancestrais dos Wassu. Depois da tragédia provocada pelos fazendeiros, os índios Wassu passaram a ocupar apenas um povoado chamado Cocal Velho. Segundo Igor Freitas, após o incidente, ninguém mais queria ser reconhecido como índio, por considerar um perigo a integridade física. Tratava-se de um cenário onde as estruturas de oportunidades de mobilização social não eram favoráveis ao povo Wassu.

Hibes Freitas retornando para aldeia, buscou conscientizar a comunidade indígena da necessidade de realizar um resgate identitário dos Wassu Cocal, assim como retomar as terras perdidas para os fazendeiros. A comunidade tinha clareza de quem eram seus opositores e quais eram suas demandas. Estavam ali estabelecidos os princípios de oposição e de totalidade, contudo, restava o princípio de identidade para que um movimento social se desenvolvesse.

A criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, compôs uma estrutura de oportunidades políticas antes não existente, abrindo a possibilidade de judicializar a luta pela terra. Hibes sendo conhecedor da legislação que tratava de demarcações de terras indígenas, optou, como estratégia de luta, fomentar o resgate das tradições da cultura Wassu a fim de adquirir legitimidade diante da FUNAI. Na busca por resgatar as tradições indígenas viajou e visitou várias tribos indígenas, resgatando elementos importantes para as práticas religiosas dos Wassu, naquele momento praticamente esquecidas pela comunidade. Buscava-se assim o princípio de identidade que associado aos dois outros princípios dariam condições de fortalecer a luta coletiva.

No final dos anos de 1970 Hibes começou a participar de reuniões públicas, comitês e divulgar a sociedade o que se passava na aldeia, ganhando notoriedade pública. Mesmo sob ameaças de morte, coordenou o enfrentamento aos fazendeiros e as autoridades políticas da região, além de realizar críticas públicas a FUNAI e seu descaso às causas indígenas.

Nos anos de 1980 Freitas tornou-se destaque entre as lideranças indígenas do Nordeste, sendo em 1983 convidado a trabalhar na FUNAI. Acredita-se que o emprego na FUNAI era uma tentativa dos políticos da época em cooptá-lo, silenciá-lo. Ainda assim, aceitou o emprego e do interior da FUNAI conseguiu ajudar diversas lideranças de outras tribos no processo de demarcação de suas terras.

Em dois de outubro de 1986 as terras Wassu foram homologadas:

Com a demarcação definitiva, Terra indígena Wassu-Cocal foi subdividida em quatro núcleos: Cocal, Pedrinhas, Fazenda Freitas e Serrinhas. Conforme o Decreto Presidencial nº 93.331, de 02 de outubro de 1986, o aldeamento contava na época com cerca de 60 famílias. A demarcação, porém, não atenuou os conflitos entre índios e fazendeiros. Ainda hoje, as terras são objetos de disputas (PEREIRA, 2014, p.65).

Após as demarcações das terras pela FUNAI o medo continuou imperando na comunidade. Muitos dos fazendeiros não se conformaram em devolver as terras, acirrando o confronto com lideranças da aldeia.

Um dos fazendeiros decidiu desrespeitar a decisão da FUNAI procurando intimidar a população, ameaçando pisotear com seu cavalo qualquer índio que ultrapasse seu caminho. Frente a provocação, Hibes Freitas entrou em confronto com o fazendeiro, disparando um tiro que o acertou de raspão. Depois disso, Hibes passou a viver sob ameaça de morte.

Em 1987, com a mudança da presidência da FUNAI, Hibes deixou o cargo e tentou retornar para a aldeia. Porém, a aproximação foi conturbada; Hibes foi acusado formalmente pela FUNAI de ter se envolvido em irregularidades no órgão. Em resposta as acusações, Hibes afirmou que possuía documentos que comprovavam sua inocência e indicavam irregularidades cometidas pela administração da FUNAI, prometendo encaminhar as denúncias aos superiores e divulga-las à imprensa. Nova denúncia é protocolada pelo órgão, acusando-o de desvio de recursos da aldeia em benefício próprio. A pedido da PF-AL (Polícia Federal de Alagoas), Hibes foi submetido a um laudo antropológico com intuito de provocar dúvidas étnico-cultural em face aos membros da aldeia. Nota-se que o princípio de identidade poderia ser questionado caso constatasse que Hibes não era Wassu.

Em 22 de agosto de 1991, Hibes foi sequestrado e assassinado. No mesmo ano, em dezembro, o presidente Fernando Collor assinou o decreto que homologou de forma definitiva a demarcação das terras em 2.758 hectares, correspondente a desocupação de 31 imóveis (OLIVEIRA, 2017).

A homologação da demarcação das terras garantiu ao povo Wassu a sua posse.

Contudo, o direito pela terra vem sendo constantemente questionado, bem como suas raízes étnicas. Frente a essa situação, a comunidade vem buscando ações coletivas de resgate e manutenção de sua identidade. As lideranças têm ciência que a preservação da cultura é fundamental para a coesão social do povo Wassu e manutenção da posse de suas terras. Atualmente, embora as ameaças do atual governo, há no Brasil uma legislação que dá aos povos indígenas algumas garantias, desde que haja uma um reconhecimento identitário.

O Estatuto do Índio (Lei 6001/73; Decreto 1141/94) é a lei responsável pelas questões indígenas, uma vez que “regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (LEI 6001/73, Título I, Art. 1º).

O artigo 231 da Constituição Federal Brasileira aponta elementos para a definição de grupos indígenas, sendo “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O Estatuto do Índio, em seu art. 3º, define o índio da seguinte forma:

Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas: I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional; II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades indígenas, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

O primeiro quesito para ter direito a demarcação e mantê-la é a identidade indígena. Por isso, a comunidade Wassu vem buscando resgatar e fortalecer sua identidade. O problema é que muitas manifestações típicas da cultura Wassu foram abandonadas ao longo do tempo por medo dos fazendeiros. Uma de nossas entrevistadas afirmou ao nascer recebeu um nome distante da cultura indígena a fim de ter sua vida preservada. Atualmente o nome de registro não é utilizado na tribo, preferindo seu nome indígena. Segundo suas palavras: “[...] o medo de se assumir como indígena, né...do meu tempo existia isso...daí as pessoas se negavam se identificar como indígena por causa dos fazendeiros”. A ocultação de elementos que pudessem identificá-los como índios era uma estratégia de sobrevivência, contudo teve grandes impactos sobre a manutenção da cultura da comunidade. Se naquele momento a identidade Wassu era um risco à vida, hoje é um elemento fundamental de resistência.

Atualmente as lutas do povo Wassu Cocal dar-se pela manutenção de suas tradições, pela coesão social e manutenção de suas terras. Essas lutas, embora possam manifestar-se por meio de um repertório composto por diferentes frentes ou estratégias, estas estão interligadas. O povo Wassu tem consciência de que a coesão social dependerá da manutenção de suas tradições e destas à garantia da posse de suas terras. Assim, os moradores da aldeia Wassu Cocal vêm buscando difundir a cultura indígena nas escolas da aldeia para os índios praticantes e não praticantes do Ouricuri⁹³ como uma forma de manter a coesão social e garantir a manutenção da comunidade. Em outros termos, trata-se de deixar claro os princípios de totalidade (direito à terra e a manifestação de sua cultura), de oposição (aos grileiros e fazendeiros que os ameaçam) e de identidade (povo Wassu).

Preocupação em difundir e preservar a cultura Wassu está relacionada a necessidade de prover a manutenção das tradições, fortalecer a identidade coletiva e preservar a posse de suas terras. Sem tradição cultural e referência identitária a coesão social se fragiliza, e as ações coletivas de defesa pela posse de suas terras ficam enfraquecidas.

Buscamos explorar o repertório do povo Wassu Cocal mobilizado nas lutas pela manutenção das suas terras. Destacamos aqui as estratégias mais importantes.

O resgate religioso tem destaque dentre o repertório dos Wassu. Buscando maior coesão social, a comunidade Wassu vem trazendo ao primeiro plano sua religião, entendendo-a como elemento estruturante de sua cultura.

O fortalecimento da vida religiosa, baseada no Ouricuri, teve como objetivo fortalecer a identidade coletiva e, conseqüentemente, garantir que as terras fossem demarcadas. Contudo, preservar a tradição religiosa vem sendo um desafio mediante ao processo de aculturação sofrido. Como destacou Igor Freitas, “em dado momento Ouricuri foi satanizado, transformado em seita”, o que dividiu parte da comunidade indígena. A partir dessa percepção, deu-se início um trabalho de conscientização da comunidade e o espaço privilegiado para essa empreitada foi a escola.

As lideranças parecem conscientes de que a religião é de grande importância para a autodeterminação da identidade coletiva da aldeia; constituindo as atividades de resgate das tradições parte do seu repertório de luta, mais especificamente performances. Contudo, no interior da tribo há algumas igrejas evangélicas, o que vem gerando dissensos (OLIVEIRA, 2017). Algumas crianças são proibidas por seus pais evangélicos de praticar qualquer manifestação cultural que esteja relacionada ao Ouricuri⁹⁴. O impasse é relevante porque praticamente toda a cultura Wassu gira entorno da religiosidade, cuja performance

93. Planta nativa da região, pertencente à família das palmáceas (*Cocos coronata*) que dá nome ao ritual religioso, realizado secretamente. Diferentemente dos outros rituais, não é permitido a participação de não índios.

94. Para maior aprofundamento nessa questão ver Oliveira (2017).

envolve dançar o Toré⁹⁵, subir a serra, praticar cultos secretos e realizar pinturas corporais. Tal processo parece ser um desafio à manutenção da cultura da comunidade. Assim, o Povo Wassu tem ameaças externas e internas à sua identidade coletiva baseada na manutenção de parte importante de sua tradição e sua performance envolvendo o rito religioso. Os Wassu utilizam dos ritos religiosos como performance pública, realizando na aldeia apresentações aos visitantes, assim como apresentando em eventos fora da aldeia. Por meio dessa performance a tribo torna-se conhecida pela sociedade em geral e pelas autoridades políticas do estado e do país.

Ainda buscando preservar suas raízes, a comunidade se utiliza dos saberes dos mais velhos na manutenção da saúde física da comunidade. A tribo conta com um Posto de Saúde. Nele, além do atendimento médico baseado na medicina, há uma preocupação em atuar de forma preventiva com uso de ervas medicinais (re)conhecidas pelos mais velhos da tribo. No Posto de Saúde algumas dessas ervas são disponibilizadas à comunidade. Os agentes de Saúde são membros da tribo.

Outras práticas performáticas são realizadas a partir da escola. A escola já havia sido utilizada como um espaço de manutenção da tradição Wassu. Na aldeia, por volta das décadas de 1940 e 1950, a professora Antônia Vanderlei de Freitas, conhecida na aldeia como “professora velha”, além de alfabetizar as crianças, transmitia o que sabia da cultura Wassu. Em 1959, Maria Bezerra da Silva, conhecida como Dona Marinha, chegou a aldeia Wassu e foi solicitada pelas lideranças da aldeia a dar continuidade ao processo de alfabetização dos índios e transmitir a cultura Wassu às crianças (PEREIRA, 2014). Dona Marinha rapidamente se tornou figura importante para a educação dos Wassu. As salas de aula passaram a ser utilizadas também para reuniões dos líderes indígenas, onde discutiam meios para a retomada de suas terras. Assim, a escola tornou-se o local privilegiado de transmissão da cultura Wassu e de princípio de mobilização coletiva.

A escola passou a ser utilizada como espaço estratégico para que os saberes, os costumes e tradições fossem socializados de forma constante e legítima. Atualmente há na aldeia quatro escolas estaduais indígenas, que atende cerca de 400 alunos⁹⁶; são elas: Escola Estadual José Máximo de Oliveira; Escola Estadual Manoel Honório da Silva; Escola Estadual José Manoel de Souza e; Escola Estadual Professora Marlene Marques dos Santos. A estrutura física dessas escolas é precária e dotada de poucos recursos pedagógicos e praticamente nenhum recurso tecnológico.

O Projeto Político e Pedagógico dessas escolas, embora sigam as normas da Lei

95. Trata-se, a princípio, de uma dança ritualística indígena da região que vem incorporada ao movimento indígena da região como uma forma de expressão étnica e política. “Manifestação cultural extensiva a diferentes grupos e por eles definidos como tradição, união e brincadeira, é um ritual complexo, que envolve uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos, ao som de maracás, zabumbas, gaitas e apitos, de grande importância para os indígenas. Cada grupo possui um toré próprio e singular, apresentando variações de ritmos e toadas dependendo de cada povo”. (GASPAR, 2011).

96. Há alunos nessas escolas alunos não-índios. Esses são filhos de pequenos agricultores que moram nas proximidades da aldeia.

de Diretrizes e base da Educação Nacional (LDB), possuem peculiaridades que buscam atender as necessidades da comunidade Wassu. Além do currículo comum, é ofertada uma disciplina denominada Cultura Indígena, na qual a cultura Wassu é transmitida às crianças e jovens da Aldeia.

A disciplina Cultura Indígena está presente nos dois níveis de ensino - Fundamental e Médio -, sendo ministrada por um(a) professor(a) da própria tribo dotado(a) de conhecimento e vivência da cultura Wassu. Atualmente há um impasse: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) mantém a exigência do grau de instrução ao nível superior desse professor(a), ainda que os saberes transmitidos por meio da disciplina são de origem empírica e não acadêmica; essa exigência dificulta a contratação de professores que atendam aos propósitos da disciplina. Em 2017 diversas tribos indígenas tiveram representantes ocupando a sede da Secretaria de Educação pressionando as autoridades para que os professores indígenas fossem mantidos nas escolas. Dentre os representantes estavam líderes da tribo Wassu Cocal.

A disciplina Cultura Indígena tem por objetivo resgatar as tradições Wassu e transmiti-las aos mais jovens, bem como envolver a comunidade em atividades de resgate e fortalecimento dessas tradições. Assim, vem sendo possível resgatar da memória e historicidade dos ancestrais e transmitir aos mais jovens a importância de manter, cuidar e preservar os conhecimentos do povo Wassu.

As lideranças da aldeia acompanham e opinam sobre o que é desenvolvido na disciplina Cultura Indígena, embora seja o professor o responsável por organizar o plano de aula e traçar estratégias de atividades que serão postas em ação; quase sempre com apoio das lideranças.

A disciplina Cultura indígena é ofertada uma vez por semana, com duração de uma hora cada uma das aulas. Da educação Infantil ao Ensino Médio os conteúdos são discutidos em reuniões com a equipe pedagógica, com as lideranças da aldeia, com o pajé e com o cacique. Nessas reuniões as discussões envolvem também projetos culturais como comemorações (aniversário da posse das terras) e outras festividades, como, por exemplo, o dia do índio. Objetiva-se transmitir e proteger as tradições e costumes culturais indígenas, ao mesmo tempo que as performances são realizadas. Entre os conteúdos ensinados nas disciplinas estão a historicidade da aldeia, as histórias das lideranças, o estudo do local, da família, o papel dos conselhos, do cacique e do pajé.

As aulas se dão em sala ou em campo; no caso, na aldeia. Os alunos visitam os anciãos em suas casas para ouvir relatos que auxiliam no resgate da memória e identidade Wassu. Há atividades de artesanatos que costumam contar com os ensinamentos do pajé

e do cacique. Os alunos apreendem a produzir e a usar instrumentos musicais feitos de cabaças, a dançar o Toré, realizar pintura corporal - aprendendo o significado das cores para a tribo. A disciplina ainda comporta a execução de projetos, tais como o Projeto Sexta-Feira Cultural que acontece a cada 15 dias, se estendendo a todas as séries. O Projeto Sexta-Feira Cultural se materializa por meio de atividades culturais durante todo o período de aula.

Outra manifestação dos Wassu que colabora para fortalecer a coesão social e a identidade coletiva é a “Viagem”. Trata-se da subida à Serra da Torre (ou Pedra do Ouricuri), onde praticam o Toré e o Ouricuri por 15 dias. Um dia é reservado para aqueles que não praticam o Ouricuri, mas que desejam estar presente na Viagem. A Viagem acontece no início do ano e no meio do ano. Nesses dias as atividades das escolas da aldeia são suspensas. Trata-se de uma performance que tem duplo objetivo: fortalecimento das tradições e divulgação de que as mantém. Por mais que pareça dicotômico, trata-se de uma divulgação que envolve segredo. Ou seja, evidencia-se por meio da Viagem que o povo Wassu tem segredos religiosos que os tornam singulares.

A comunidade Wassu reconhece a necessidade da valorização de sua tradição, sendo constantemente enaltecida. As festas são performances importantes na comunidade por colocar em cena valores, projetos, artes e devoção dos Wassu; evidenciando os princípios de totalidade, de oposição e de identidade. O movimento social empreendido pelos Wassu se constitui no processo, como destacou Melucci (1995) ao apresentar os movimentos sociais sob uma perspectiva construtivista, onde os atores sociais se constroem na ação coletiva, não a precedendo. Ainda que o cenário atual seja marcado por incertezas quanto as terras indígenas, os Wassu vivem um momento marcado por uma estrutura de oportunidade política que se materializou apenas a partir dos anos de 1980, principalmente após a Constituição Federal de 1988 que reconheceu os direitos indígenas.

Outras estratégias compõem o repertório de atuação do povo Wassu. Tal como o bloqueio da rodovia. Citamos os casos de 2015 e 2016 que ganharam notoriedade nos jornais de circulação estadual. Em 2015 os índios Wassu Cocal realizaram, por cerca de 6 horas, bloqueio da BR-101 em manifestação contrária a PEC 215/2000, que tratava de assuntos indígenas, inclusive de demarcações, delegando exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, bem como a ratificação de terras já demarcadas. Nessa mesma ocasião, juntamente com outras tribos, ocuparam a sede da FUNAI em Maceió. Em 2016, bloquearam a BR-101, por 24 horas, reivindicando a ampliação de suas terras que estava em judicialização desde 2012, além de saneamento básico e melhorias nas escolas. Na ocasião o governo federal havia anunciado obras de duplicação da rodovia e os Wassu questionavam o Plano Básico Ambiental Indígena (PDAI),

que visava diminuir os impactos ambientais sobre suas terras. Alegavam que o PDAI final não condizia com aqueles discutido com a comunidade.

No ano de 2017 foi organizada a primeira edição dos Jogos Indígenas da aldeia Wassu Cocal. Por meio desse evento os Wassu buscaram resgatar os jogos praticados pelos seus antepassados. Na ocasião participaram índios de outras tribos, tais como Koiu Panka, Katokin e Giri Panko, ambos do Sertão, e Xucuru Kariri, de Palmeira dos Índios. Naquele mesmo ano, o Governo de Alagoas promoveu no Estádio Rei Pelé o Jogos Indígenas de Alagoas, agregando ali diversas tribos, inclusive os Wassu Cocal. Foram três dias de competições, organizados em 10 modalidades, além de debates e apresentações culturais.

Os Wassu buscam defender suas terras por meio de ações judicializadas ou/e em diálogos com autoridades. Citamos o caso ocorrido em 2016, quando a tribo provocou o Ministério Público Federal de Alagoas a fim de impedir que a Associação de Agricultores da Fazenda Urucuzinho continuasse ocupando e vendendo suas terras.

Outra performance dos Wassu são as participações em eventos culturais, sejam eles específicos à cultura indígena ou não. Trata-se de momentos de divulgação da cultura da tribo e suas demandas. Os Wassu buscam ocupar espaços em conselhos estaduais, tais como no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir), vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh). Para tanto, estão legalmente organizados por meio da Associação Indígena da Aldeia Wassu Cocal e compoem o Conepir no biênio 2017/2019.

Considerações Finais

Buscamos discutir as estratégias de resistência da tribo indígena Wassu Cocal sob a luz das contribuições de Touraine (1994), Melucci (1996), Gohn (1997), Tilly (2008) e Tarrow (2009).

A partir das contribuições de Touraine observamos que os Wassu têm como opositores os fazendeiros que ameaçam sua permanência na terra demarcada, divulgando por meio de performances religiosas e festivas suas demandas, buscando legitimá-las a partir de princípios definidos na Constituição brasileira de 1988 e na Lei do Índio, além do princípio de igualdade e direito à vida. Notamos, ainda, que há uma constante preocupação em resgatar, fortalecer e divulgar sua identidade coletiva, ações presentes em diversas estratégias que compõem seu repertório de luta e resistência, o qual é variado, abarcando festas, projetos escolares, judicialização, ocupações, barricadas e participação em espaços institucionalizados, tais como conselhos estaduais, o que se dá por meio de representantes

de associação criada para defender e conquistar seus direitos.

Observamos que mudanças ocorridas a partir da criação da FUNAI foram fundamentais para o desenvolvimento de uma estrutura de oportunidades políticas que possibilitou a mobilização coletiva dos Wassu e, conseqüentemente, a conquista de terras demarcadas e sua manutenção. Atualmente a tribo luta pela ampliação das terras, disputa judicializada, mas ainda em tramitação. O cenário atual é de preocupação por parte da tribo, sobretudo pelo enfraquecimento da FUNAI, o que parece se concretizar no atual governo.

Este artigo não esgota a exposição das lutas passadas e/ou atuais dos Wassu - o que não foi o propósito. Contudo, apresenta contribuições analíticas que auxiliam na compreensão da lógica coletiva empreendida por essa comunidade ainda pouco estudada, sobretudo se tratando de repertório de ação coletiva. Estamos certos que ainda são necessários estudos que mapeie - numa análise histórica - o repertório dos Wassu a fim de observar a lógica e eficácia de suas estratégias e performances; bem como pesquisas que possam dar também voz aos não-índios da região, o que seria importante para compreendermos como a identidade coletiva construída por esse povo tem sido vista pelas comunidades vizinhas não-indígenas. Outra agenda de pesquisa importante para compreender o movimento indígena Wassu está no mapeamento das redes de solidariedade existentes, assim como de suas estrutura organizacional, envolvendo os recursos físicos e humanos existentes ao longo de sua história de luta.

Recebido em: 10 de março de 2019.

Aprovado em: 05 de junho de 2019

Referências

ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um Conceito. Revista Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, V. 02. 03 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/368037/mod_resource/content/1/repertorio%20Sociologia%20%20Antropologia%20ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf> . Acesso em: 01/10/2018.

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova N.76, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003#n01> Acesso em: 01/10/2018.

ANTUNES, Clóvis. Tribo Wassú: os caboclos do Cocal. Maceió, 1985. Mineo.

BODART, Cristiano das Neves. Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP), 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/pt-br.php>> . Acesso em: 18/09/ 2017.

FUNAI. Censo da População Indígena brasileira. Brasília, 2000.

GASPAR, Lúcia. Toré. Fundação Joaquim Nabuco. 2011. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=863&Itemid=1>. Acesso em: dez. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, Aldjane de. Povo Wassu Cocal: terra, religiões e conflitos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. 2017.

PEREIRA, Jéssika Danielle dos Santos. Etnografando a Educação Escolar Indígena entre os Wassu-Cocal: algumas pistas sobre as concepções de seus professores. Revista Espaço Acadêmico. n. 158, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22883>>. Acesso em: dez. 2018.

RICOEUR, Paul. Interpretação e Ideologias. Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SILVA, Edson. Os índios Wassú e a Guerra do Paraguai: história, memória e leituras indígenas sobre o conflito. *Revista Cabanos*. Maceió, FUNASA, nº 1, jan./jun. pp. 93-109, 2006.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TOURAINE, Alain. “Os movimentos sociais”. In: FORACCHI, Marialice M., MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Tradução de Braz José de Araújo e Eduardo Macedo Mussi. São Paulo: LTC Editora, 1994 [1973], p. 283-307.